



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

206

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0004197-62.2014.8.17.0000 -
Olinda (5ª Vara Cível)

Agravante: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Agravados: LUIZ BARBOSA DE ABREU E OUTROS (2)

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE QUANTIA DEPOSITADA EM JUÍZO SEM A EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL E/OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. A jurisprudência pátria entende que é possível, sim, em sede de execução provisória de sentença, ainda que pendente de julgamento recurso de agravo no STJ ou no STF, o levantamento de dinheiro depositado, sem a exigência de caução, nas situações em que não restar demonstrado e configurado o perigo de dano irreparável e/ou de difícil reparação. 2. Agravo ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto que passa a integrar este julgado.

Recife, 28 de Maio de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



207

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0004197-62.2014.8.17.0000 -
Olinda (5ª Vara Cível)

Agravante: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Agravados: LUIZ BARBOSA DE ABREU E OUTROS (2)

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão agravada às fls., 186/188.

Trata-se de recurso de agravo interposto pela **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS** (fls., 194/199) contra decisão terminativa de minha lavra (fls., 186/188) que negou seguimento ao agravo de instrumento por ela interposto, mantendo, assim, a decisão do juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Olinda/PE que, sem a prestação de caução, determinou/autorizou a expedição de alvará para liberação de montante (R\$ 2.449.708,93) depositado pela agravante em benefício dos agravados em decorrência de condenação oriunda da ação de indenização securitária nº 685-94.2003.8.17.0990 proposta pelos ora agravados contra a seguradora face à existência de vícios estruturais no edifício onde residiam.

Após a sentença condenatória do 1º grau (fls., 55/69), a seguradora interpôs recurso de apelação, o qual teve seu seguimento negado (terminativa de fls., 70/78 proferida pelo Des. Stênio Neiva). Veio, então, o recurso de agravo que foi improvido à unanimidade por esta Colenda 5ª Câmara (acórdão de fl., 79).

Inconformada, a seguradora interpôs recurso especial, o qual teve seu seguimento obstado pela Vice-Presidência deste Tribunal. Posteriormente, veio o agravo em recurso especial, o qual foi admitido e remetido ao STJ (AREsp nº 472122/PE – Rel: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino), estando, nesta data, ainda pendente de julgamento de mérito.

Considerando o fato de o recurso especial não possuir efeito suspensivo, os agravados/credores requereram o cumprimento provisório da sentença (processo nº 0008344-08.2013.8.17.0990), visando à expedição de alvará para levantamento do montante de R\$ 2.449.708,93 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e oito reais e noventa e três centavos). Chamada a impugnar os cálculos de liquidação, a seguradora limitou-se a insurgir-se genericamente contra o memorial de cálculos apresentado pelos credores/agravados, sem, contudo, ter sequer apresentado planilha com o valor de que reputava devedora, razão pela qual o juízo *a quo* considerou dita quantia incontroversa e determinou/autorizou a expedição de alvará para liberação do montante depositado sem a exigência da prestação de caução pelos credores/agravados (fls., 34/34v).



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

208

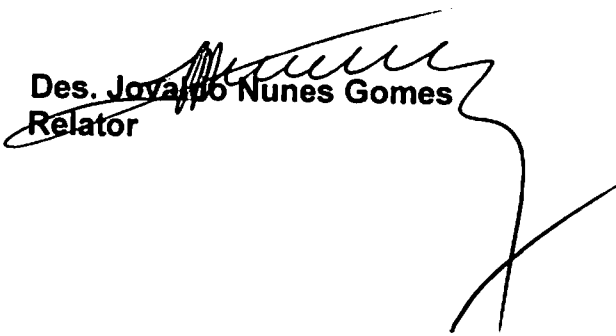
Irresignada, a seguradora interpôs agravo de instrumento, o qual foi por mim negado monocraticamente (decisão de fls., 186/188), o que ensejou o manejo deste recurso de agravo.

Em suas razões recursais, alegou a agravante, em apertada síntese, que a decisão combatida foi equivocada na medida em que o alvará judicial para levantamento da quantia depositada não pode ser expedido sem que seja oferecida caução idônea e suficiente pelos credores/agravados.

Pugnou pela reconsideração da decisão atacada (juízo de retratação) ou, alternativamente, pela apreciação colegiada deste recurso.

É o relatório.

Recife, 28 de Maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



209

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0004197-62.2014.8.17.0000 -
Olinda (5ª Vara Cível)

Agravante: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Agravados: LUIZ BARBOSA DE ABREU E OUTROS (2)

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não convencido da mudança no entendimento por mim anteriormente esposado, submeto o feito à apreciação desta Colenda Câmara.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço deste recurso e passo a apreciá-lo.

Na parte que interessa, está assim vazada a decisão agravada: (fls. 186/188):

"A questão controvertida dos presentes autos reside em saber se o juízo *a quo* agiu acertadamente ou não ao determinar, em sede de execução provisória de sentença, a expedição de alvará para levantamento de quantia em dinheiro, depositada em juízo, sem obrigar os credores à prestação de caução suficiente e idônea a fim de garantir a satisfação do crédito levantado, o qual decorre de condenação oriunda de ação de indenização securitária.

Entendo que não assiste razão à agravante. Explico:

Como é cediço, o ordenamento jurídico pátrio (artigo 475 – O, III, do CPC), em regra, exige a prestação de caução suficiente e idônea para que, dentre outros, possa haver o levantamento de depósito em dinheiro. Contudo, o próprio Código de Processo Civil elenca as possibilidades em que é permitida a dispensa da prestação de caução. Vejamos o disposto no artigo 475-O, § 2º, I e II.

"Art. 475-O. A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:

§ 2º A caução a que se refere o inciso III do caput deste artigo poderá ser dispensada.

I – quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exequente demonstrar situação de necessidade;

II - nos casos de execução provisória em que penda agravo perante o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação" (destaquei)



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

310

Conclui-se, portanto, que, em regra, nos casos em que estiver pendente de julgamento agravo contra decisão que não admitiu recurso especial ou extraordinário – hipótese dos autos -, poderá ser executada provisoriamente a sentença, sem que para isso seja obrigatória a prestação de caução.

Sobre este tema, vejamos a doutrina:

"[...] a caução é dispensável quando estiver pendente agravo contra decisão que não admitiu recurso especial ou recurso extraordinário. Justifica-se a isenção da contracautela, neste caso, não só como forma de inibir a interposição de recurso (agravo do art. 544 do CPC) protelatório, como também por haver uma grande probabilidade de o título tornar-se definitivo (a decisão transitar em julgado)" (Curso de Direito Processual Civil, Freddie Didier Jr e outros, Ed: Jus Podivm, 2011. 3ª Ed. Vol: 5, pág: 204)

Ademais, destaco que o agravo em recurso especial em comento (AREsp nº 472122/PE), cujo relator é o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, até a presente data ainda encontra-se pendente de julgamento no STJ.

A jurisprudência pátria, por sua vez, entende que é possível, sim, em sede de execução provisória de sentença, ainda que pendente de julgamento recurso de agravo no STJ ou no STF, o levantamento de dinheiro depositado, sem a exigência de caução, nas situações em que não restou demonstrado e configurado perigo de dano irreparável e/ou de difícil reparação – hipótese dos autos -. Vejamos:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. LEVANTAMENTO DE DINHEIRO. EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO AFASTADA COM BASE NO ART. 475-, § 2, II, DO CPC. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. NÃO DEMONSTRADO PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO.[...]. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO". (AgRg no Ag 1245576/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/02/2012, DJe 06/03/2012) (destaquei)

Entendo que, *in casu*, ainda que seja provido o recurso de agravo para o fim de modificar a decisão judicial (excluindo ou reduzindo o valor da indenização securitária), inexistirá qualquer tipo de prejuízo, dano irreparável ou de difícil reparação à seguradora agravante que a impeça de ser restituída do montante que depositou em juízo, pois mesmo que os agravados não mais possuam este dinheiro, a obrigação poderá ser convertida em perdas e danos com as partes retornando ao *status quo ante*.

Com isso, no caso em análise, não há empecilho algum ao levantamento do crédito depositado em juízo, em sede de execução provisória, sem a prestação de quantia idônea e suficiente.

Veja-se, ainda, que a agravante, em sua impugnação ao cumprimento de sentença (fls., 39/44), em que pese tenha feito referência ao memorial de cálculos (fls., 28/32) apresentado pelos agravados, contra ele se insurgindo genericamente na parte



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

211

referente à multa decendial, não apresentou planilha de cálculo do valor que reputa devedora.

Ademais, ainda que fosse necessária a prestação de caução – o que, como já dito, não se verifica no caso em comento -, há de se considerar que existem os próprios imóveis residenciais dos agravados os quais podem servir para garantir o valor *exequendo*.

Some-se a tudo isso o fato de a agravante ter sucumbido em todas as instâncias ordinárias, o que leva a crer que dificilmente o STJ dará provimento ao seu recurso de agravo.

Por derradeiro, deve ser levado em consideração que a ação originária de indenização securitária de onde adveio o crédito, ora em execução provisória, tramita no judiciário desde 2003 quando os agravados perderam as suas residências por desmoronamento do prédio, e cuja indenização a seguradora vem se negando a pagar. Assim, face este lapso temporal de mais de 10 (dez) anos, não seria justo os agravados terem que esperar até o trânsito em julgado da ação para que pudessem levantar o valor a que fazem jus.

Ante o exposto, **NEGO SEGUIMENTO ao recurso**, mantendo incólume a decisão agravada, o que faço com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco”.

Analisando as argumentações apresentadas pela agravante, verifico serem elas inconsistentes e infundadas, razão pela qual persisto no entendimento de que não restaram demonstrados nos autos motivos capazes de modificar a decisão impugnada. Atente-se que o presente recurso de agravo não trouxe quaisquer elementos novos capazes de ensejar nova discussão a respeito do tema.

O *decisum* hostilizado, portanto, encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantido por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão terminativa ora vergastada.

Ademais, em consulta ao sistema judwin -1º grau, verifiquei que referido alvará já foi expedido no dia 07.05.2014, tendo sido nesta mesma data retirado pelos credores/agravados, o que fulmina a pretensão da agravante de obstaculizar o recebimento do crédito por parte dos ora agravados.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento ao recurso**, mantendo na íntegra a decisão terminativa.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator